

# Dinheiro.

**Novo banco na segunda**

O Itaú BMG Consignado iniciará suas operações na próxima segunda, após assinatura de contrato definitivo.

EDITORA:  
ELAINE SILVA  
ecferreira@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8327  
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

DILMA VETOU

## LAVOU AS MÃOS

# ROYALTIES: DILMA DIZ QUE NÃO HÁ MAIS O QUE FAZER

Ganância dos Estados não produtores fortalece queda do veto

MOSCOU

▲ A presidente Dilma Rousseff afirmou ontem, em Moscou, que, ao vetar artigos do projeto que muda as regras de divisão dos royalties do petróleo, esgotou tudo o que poderia fazer nessa questão. Sem as emendas, os Estados produtores, como Rio e Espírito Santo, sairão prejudicados.

Mas Dilma disse que agora, tudo o que pode fazer, é esperar a decisão do Congresso. Na última quarta-feira, a maioria dos deputados e senadores votou pelo regime de urgência na apreciação do veto da presidente ao texto que redistribuía os recursos e causava perdas para os estados produtores.

A apreciação definitiva sobre a questão poderá ocorrer já na próxima semana. “Eu estou aqui, o Congresso está lá. Já fiz todos os pleitos, o maior deles, foi vetar. Não tenho mais o que fazer! Não tem



ROBERTO STUCKERT FILHO

nenhum gesto meu mais forte do que o veto. O resto seria impossível”, disse.

Diante da insistência de jornalistas, sobre se ela pretendia fazer gestões junto à base aliada no Congresso

para manter os vetos, ela afirmou: “Não vou impedir que ninguém vote de acordo com sua consciência”.

“É uma crise para o governo?”, perguntou um jornalista. Dilma então respon-

deu: “Olha, eu acho que vocês (jornalistas) adoram a palavra crise. Tudo vocês veem crise. Não tem crise, o funcionamento da democracia é assim. Eu sou de uma época... quando era

### Governo federal agora cruza os braços

Presidente entregou os pontos e agora esperar a decisão do Congresso, que decidirá se vai manter ou derrubar seu veto.

“Já fiz todos os pleitos, o maior deles foi vetar. Não tenho mais o que fazer! Não tem nenhum gesto meu mais forte do que o veto. O resto seria impossível”

DILMA ROUSSEFF

bem mais nova do que sou hoje, em que tudo no Brasil virava crise. Mas um tipo de crise com consequências mais graves: a gente ia para a cadeia”.

A presidente voltou a de-

fender que o dinheiro dos royalties seja utilizado para investimentos na educação. “O recurso do petróleo é finito. Tudo o que nós ganharmos do petróleo temos que deixar para a riqueza mais permanente, que é a educação que cada um carrega”.

### EMBRAER

Além dos royalties, outro assunto tocado por Dilma em sua visita a Moscou foi a intensificação das transações comerciais entre Brasil e Rússia.

Na linha de frente da estratégia de diversificação está a Embraer, que acaba de abrir escritório em Moscou, e vai conseguir certificação para tentar vender seu jato regional E-190 (com capacidade para 100 lugares). Só para obter esta certificação, negociou-se três anos com os russos. Mas a Embraer terá que brigar por espaço no mercado regional russo com o grupo Sukhoi.

## Rio e Espírito Santo vão ao Supremo para anular sessão

▲ Após a derrota com a aprovação do regime de urgência para derrubar o veto presidencial à redivisão dos royalties do petróleo, as bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo montaram uma ofensiva de recursos judiciais ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Os parlamentares pedem a anulação da sessão da última quarta-feira, em

que o regime de urgência foi aprovado em clima de pancadaria e abriu caminho para a derrubada do veto na próxima semana.

Todos os mandados de segurança ficarão com a relatoria do ministro Luiz Fux, que tem ligações com o Rio. Nos bastidores, representantes do Rio têm se mostrado otimistas com a possibilidade de Fux vir a decidir

imediatamente, pois argumentam que na sessão foram feridos a Constituição e o regimento comum da Câmara e do Senado.

“Pedimos a anulação dos efeitos da sessão de quarta e solicitamos que o presidente do Congresso, José Sarney, responda pelos prejuízos constitucionais aos Estados, bem como que a sessão seja refeita dentro

dos ritos adequados, e não em total atropelamento à Constituição”, disse a deputada Iriny Lopes.

Ao contrário dos recursos separados do Rio, a bancada capixaba – à exceção de Rose de Freitas (PMDB), que presidiu a sessão – entrou com um único mandado.

Segundo sustentam os recursos, o artigo 66 da

Constituição diz que no caso de votação de veto não há possibilidade de urgência. Outro argumento: a Constituição impede que vetos que não foram apreciados em até 30 dias, prazo máximo previsto, não podem ser ultrapassados por outros. Há milhares a de vetos pendentes no Congresso.

“As questões de ordem não foram respondidas, o

regimento comum foi solenemente desconhecido e o artigo 66 foi tratorado. O veto deveria ter sido lido antes da sessão e publicado. A sessão começou sem quórum exigido”, pontua Iriny.

### CONVOCAÇÃO

A decisão sobre a convocação de sessão do Congresso na próxima semana para votar os vetos ao projeto dos royalties foi adiada para hoje. Será tomada por Sarneye Rose. (Rondinelli Tomazelli)

## DILMA VETOU

# ANP: briga entre Estados não atrapalha leilões dos blocos

**Em evento em Vitória, diretora-geral do órgão minimiza efeitos do impasse no Congresso**

▲ DENISE ZANDONADI  
dzandonadi@redgazeta.com.br

O debate sobre uma nova distribuição de royalties sobre a produção de petróleo em das áreas já em produção não atrapalhará a realização de novas rodadas de leilão de blocos de petróleo. Esta é a avaliação da diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard, que participou, ontem, de um almoço organizado pelo Instituto Brasileiros dos Executivos Financeiros (Ibef-ES), em Vitória.

Para Magda, o que já foi acertado e votado pelo Congresso, é que as áreas do sistema de partilha pagarão 15% de royalties e os blocos a serem licitados nas áreas de concessão, também já têm esquema definido.

“O que falta acertar é

como será a distribuição dos royalties das áreas que já foram licitadas. Isso, porém, não atrapalha o processo de realização dos leilões, na minha opinião”, ressalta Magda.

Uma consulta à Advocacia Geral da União (AGU) terá que ser feita para confirmar essa posição. “É claro que esta polêmica gera insegurança para os investidores, mas não há dúvida quanto às alíquotas a serem aplicadas para as áreas a serem licitadas”.

## BLOCOS

A previsão inicial é que o primeiro leilão de novos blocos de petróleo seja realizado em maio de 2013. Serão blocos em terra e no mar. A ANP já informou que, conforme determinação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), serão oferecidos blocos em terra, inclusive no Espírito Santo, e na margem equatorial, isso é,

no litoral entre o Rio Grande do Norte e Pará.

Na área do pré-sal, a intenção do governo federal é realizar o primeiro leilão de blocos específicos, já dentro do sistema de partilha, em novembro do próximo ano. Não há definição sobre quais bacias terão blocos ofertados.

## SALTO

A diretora-geral da ANP disse que o grande salto na produção de petróleo no Espírito Santo acontecerá em 2015 quando entrará em produção mais uma plataforma com capacidade para produzir 180 mil barris por dia.

Com essa segunda unidade, o Estado, que hoje produz uma média de 300 mil barris diários, chegará a cerca de 500 mil barris. Em 2016, uma outra unidade de 180 mil barris entrará em operação. As duas no parque das Baeleias, no litoral Sul.

CACÁ LIMA/DIVULGAÇÃO



**Petróleo em debate**  
Além dos royalties e a necessidade de realização de leilões de novos blocos de petróleo, Magda falou também sobre produção no Estado.

“A demora em resolver a questão dos royalties sobre os campos em produção não atrapalha a realização dos próximos leilões de novos blocos”

— MAGDA CHAMBRIARD Diretora-geral da ANP

## Tática capixaba é empurrar decisão para ano que vem

▲ “Mesmo considerando que não é bom adiar a resolução dessa questão dos royalties, entendemos que é necessário defender o que julgamos nosso direito. Então, vamos para a Justiça assim que o veto for derrubado, caso seja derrubado”, reafirmou

ontem o governador Renato Casagrande durante evento promovido pelo Ibef-ES que contou com a presença da diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, em Vitória.

O objetivo é retardar ao máximo a apreciação do veto, dado pela presidente

Dilma Rousseff ao artigo terceiro, do projeto aprovado pelo Congresso que regulamenta nova forma de rateio de royalties. “Tem quatro anos que estão retardando esse assunto”, avalia Casagrande.

Para isso, ele afirmou que continua trabalhando

junto ao governo federal, parlamentares e líderes no Congresso para tentar adiar para o próximo ano a votação do veto. Dessa forma, permanece em vigor o atual sistema de distribuição dos royalties que favorece os Estados e municípios produtores, como pre-

vê a legislação em vigor.

“Nós achamos um absurdo que, depois de o presidente Lula ter vetado esta matéria, depois de a presidente Dilma ter feito o mesmo, os parlamentares decidem, numa sessão irracional e insana, derrubar a decisão e a discussão

volta à estaca zero”, afirmou o governador.

Segundo ele, o Estado está pronto para ir para a Justiça e, também está se preparando para ter uma redução em suas receitas, caso tenha que enfrentar uma nova sistemática de divisão dos royalties. “Estamos nos preparando para tempos mais difíceis”, disse ele. (Denise Zandonadi)

## Rose tenta apagar “incêndio”

▲ Alvo da ira das bancadas de Rio e Espírito Santo, seu Estado natal, a vice-presidente da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB), disse que, ao colocar em votação o requerimento de urgência ao projeto de lei dos royalties, “evitou o pior”: a tentativa do plenário de derrubar ainda na quarta-feira os vetos de Dilma.

Ontem, ela passou o dia apagando incêndios. A deputada disse que combinou a estratégia de votação com o presidente do Senado, José Sarney, e que os aspectos jurídicos fo-

ram analisados.

“Passei dois anos procrastinando isso. Mas o pedido era de urgência urgentíssima e, quando chegasse à Mesa, tinha que ser votado, fosse eu ou o presidente Sarney. E isso já foi combinado com o presidente Sarney. Segui rigorosamente o regimento e a Constituição. Nenhum artigo ficou sem resposta. Não cabia outra coisa a fazer. Ganhei tempo para ocorrer a sessão do veto. Queriam ter votado a urgência e o veto”.

Apesar de experiente na Câmara, onde está des-

de 1987, Rose costuma ser criticada pela condução dos trabalhos das sessões. As reclamações são de que deixa todos se manifestarem, às vezes ao mesmo tempo, o que gera confusão. Na sessão de terça, suspendeu os debates para, de dedo em riste, exigir respeito. A deputada diz que há “tratamento diferenciado por ser mulher”.

Ao contrário do entendimento de Rose, os recursos afirmam que o veto não era “inadiável e relevante” para ser votada a urgência, pois se trata de lei ordinária. (Agência O Globo)

## Cabral fala em violência institucional

▲ O governador do Rio, Sérgio Cabral, afirmou ontem que o governo do Estado já tem pronta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) caso o Congresso derrube os vetos da presidente Dilma Rousseff a artigos do projeto de lei que redistribui os royalties do petróleo. E afirmou que a sessão de terça foi marcada pela violência institucional.

“Se houver uma derrubada do veto no Congresso Nacional, nós entraremos imediatamente no Supremo Tribunal Federal, já está pronta a ação”.

Cabral disse que a aprovação do requerimento de urgência para a análise dos vetos pelo Congresso foi algo “inusitado”.

Segundo ele, nunca houve o pedido de votação de um veto presidencial tão rápido, desde que foi promulgada a Constituição de 1988.

“Nunca houve uma situação em que o veto presidencial tenha tido um requerimento em menos de um mês do veto assinado pela presidenta da República. Confesso que não sei o número exato, mas tem 1.500, dois mil vetos para

serem votados e, de repente, é incluído um requerimento de um veto de menos de um mês. É algo que me surpreende”.

Na avaliação de Cabral, há uma distorção da interpretação do que são os royalties, uma espécie de indenização, aos Estados e municípios produtores, pela exploração. E lembrou que esses produtores já terão uma fatia menor dos royalties nos novos contratos assinados no futuro. Apesar da surpresa, Cabral disse que ainda acredita que o bom-senso vai prevalecer.